

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO nº , de 2016

(DO SR. IVAN VALENTE e outros)

Requerimento de Informação ao
Exmo. Sr. Ministro da Defesa em
relação a possível mobilização
militar em casos de protestos

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, após consulta a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Defesa as seguintes informações:

- 1) Houve autorização para que algum batalhão do Exército fosse posto de sobreaviso caso os protestos contra ou a favor do ex-presidente da República, Sr. Luís Inácio Lula da Silva, no dia de sua condução coercitiva, resultassem em violência?
- 2) Houve autorização para que integrantes do Comando do Exército entrassem em contato com os governadores do Estado, outras autoridades e membros de partidos políticos, para colocar à disposição efetivos militares em casos de manifestações?
- 3) O comando do exército, ou algum comandante, independe de autorização, insuflou e/ou instigou algum tipo de mobilização militar no dia da condução coercitiva do ex-presidente Lula ou durante os protestos do dia 13/03/2016?

Justificativa

Em matéria publicada no jornal “O Globo”, o Jornalista Ricardo Noblat, no dia 05/03/2016, afirmou que um batalhão do Exército, em São Paulo, foi posto de sobreaviso caso os protestos contra e a favor de Lula resultassem em violência. Vejamos a matéria na íntegra:

A crise ganhou um novo componente. E ele veste farda e pilota tanques

A condução coercitiva de Lula para depor à procuradores da Lava-Jato não foi o fato que marcou a escalada preocupante da crise política que abala o país e ameaça derrubar o governo.

A crise ganhou um novo componente. Ele veste farda e tem porte de arma. Sua entrada em cena, ontem, foi o fato mais importante do dia em que o país quase parou, surpreso com o que acontecia em São Paulo.

Não é comum ver-se um ex-presidente da República, o primeiro operário entre nós a chegar ao poder, ser conduzido por agentes federais na condição de investigado em bilionário escândalo de corrupção. Nunca antes na história deste país...

O episódio serviu para demonstrar a solidez de uma democracia reinaugurada por aqui há apenas 31 anos. A lei deve ser igual para todos. Um ex-presidente não merece tratamento especial.

O receio de que a ordem pública virasse desordem foi o que assustou os militares, levando-os a se manifestarem por meio dos canais disponíveis para isso. Há muito que eles não procediam assim.

Um batalhão do Exército, em São Paulo, foi posto de sobreaviso caso os protestos contra e a favor de Lula resultassem em violência, e as polícias militar e civil perdessem o controle da situação.

Geraldo Alckmin não foi o único governador avisado de que poderia contar com a ajuda do Exército se pedisse ou se a presidente da República a autorizasse.

Integrantes do Alto Comando do Exército telefonaram para os governadores dos Estados mais sujeitos a conflitos entre militantes políticos e os preveniram para a necessidade de manter a paz social.

O elenco de autoridades alcançadas pelos telefonemas de generais foi mais amplo. E incluiu ministros de Estado e líderes de partidos, de quase todos os partidos. Os do PT ficaram de fora.

A tensão entre os generais foi desatada quando militantes políticos se agrediram diante do prédio onde Lula mora em São Bernardo. E atingiu seu pico com o discurso de Rui Falcão, presidente do PT.

Enquanto Lula era interrogado na delegacia da Polícia Federal no aeroporto de Congonhas, Falcão pregava a ida para as ruas dos adeptos do PT e a realização de manifestações ruidosas.

Foi um duro discurso, embora pronunciado no tom ameno que caracteriza as falas de Falcão. De imediato, as várias instâncias do partido começaram a se mobilizar em obediência à nova palavra de ordem.

Até então, a máquina do PT parecia inativa, perplexa. No twitter, por exemplo, os termos mais em uso se referiam à prisão de Lula. Nas horas seguintes, os termos mais populares passaram a ser “golpe” e “ruas”.

Os generais estão temerosos com a conjugação das crises política e econômica e com o que possa derivar disso. Cobram insistenteamente aos seus interlocutores do meio civil para que encontrem uma saída.

Não sugerem a solução A, B ou C. Respeitada a Constituição, apoiarão qualquer uma – do entendimento em torno de Dilma ao impeachment ou à realização de novas eleições. Mas pedem pressa.

Por inviável, mas também por convicções democráticas, descartam intenções golpistas. Só não querem se ver convocados a intervir em nome da Garantia da Lei e da Ordem como previsto na Constituição¹.

Nesse mesmo sentido, segundo matéria do jornal *Valor Econômico*, publicada no dia 08/03/2016, rumores apontam que oficiais militares teriam oferecido “reforços” para governadores, a fim de garantir a paz e a ordem durante os protestos de domingo (13/03/2016). De acordo com a matéria:

Em mensagem interna aos oficiais da reserva, à qual o *Valor* teve acesso, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, afirma que a instituição acompanha com “muita atenção a evolução da crise política judicial” instalada no país e terá uma posição “pacificadora em busca da conservação da ordem pública”. A mensagem foi enviada aos oficiais. A mensagem foi enviada aos oficiais da reserva, por meio de um grupo interno de comunicação, mas seus termos têm sido reiterados a toda instituição. Foi expedida na sexta-feira, a dez dias das manifestações convocadas contra o governo, quando o Palácio do Planalto recebia a ocorrência de confrontos e atos de violência, diante da constatação de que os ânimos estão exaltados.

Também foi divulgada no dia em que os ânimos de militantes pró-governo se acirraram com a condução coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para depor na Operação Lava-Jato. Houve episódios de confrontamento no Aeroporto de Congonhas, onde Lula depôs em uma sala reservada para autoridades. No fim de semana, circularam rumores de que oficiais militares teriam oferecido “reforços” para governadores, a fim de garantir a paz e a ordem durante os protestos de domingo. O general Otávio do Rêgo Barros, do Centro de Comunicação Social do Exército, ressalta que não existe essa previsão, que depende de uma requisição expressa da Presidência da República, por meio da edição de um decreto de garantia da lei e da ordem.

(...)

¹ Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com/meus-textos/noticia/2016/03/crise-ganhou-um-novo-componente-e-ele-veste-farda-e-pilota-tanques.html>

No Estado Democrático de Direito, os militares estão absolutamente subordinados aos poderes civis eleitos democraticamente. Por isso, a notícia acima causa espanto e vulnera o Estado de Direito e o processo Democrático no Brasil

Diante da gravidade da questão, requeremos que o Ministério da Defesa, com a maior brevidade possível, responda ao presente pedido de informações.

Sala das Sessões, em 10 de Março de 2015.

**Ivan Valente
Líder do PSOL**

**Chico Alencar
PSOL/RJ**

**Edmilson Rodrigues
PSOL/PA**

**Glauber Braga
PSOL/RJ**

**Jean Wyllys
PSOL/RJ**